

XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB 2013)
GT 3: Mediação, Circulação e Apropriação da Informação

Comunicação Oral

COMPETÊNCIA INFORMACIONAL INFANTIL: PRIMEIRAS DISCUSSÕES

Maria Cristina Guimarães Oliveira - UFPE
Niliane Cunha De Aguiar - UFAL

Resumo

Trata-se de apresentação de parte dos resultados da pesquisa de Mestrado intitulada "Comportamento e competência informacional infantil: o olhar da Ciência da Informação sobre a geração digital" na qual se buscou, compreender como o acesso ao grande número de informações disponíveis está impactando o desenvolvimento intelectual das crianças contemporâneas. Nesta perspectiva, o objetivo da pesquisa foi compreender a visão da Ciência da Informação em relação ao comportamento informacional das crianças frente aos impactos das novas tecnologias, com vistas à promoção da competência informacional infantil. Como parte do percurso metodológico, os procedimentos técnicos empregados foram a pesquisa bibliográfica e o levantamento de dados. Os resultados encontrados demonstram que a concepção da criança como usuária de informação no âmbito da competência informacional infantil ainda é incipiente na área de Ciência da Informação, considerando-se análise realizada nos trabalhos do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB observou-se que ainda não foram desenvolvidas reflexões significativas sobre o tema, demonstrando a importância de discussões sobre a educação de crianças para o uso da informação.

Palavras-chave: Ciência da Informação – criança. Competência informacional infantil. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB.

Abstract

It is part of the presentation of search results Master entitled "Infant Behavior and Information Literacy: the look of Information Science on the digital generation" which aimed to understand how access to the large amount of information available is impacting the contemporary intellectual development of children. In this perspective, the objective of the research was to understand the vision of Information Science in relation to the information behavior of children cope with the impacts of new technologies, with a view to promoting information literacy for children. As part of the methodological, technical procedures employed were literature and survey data. The results show that the conception of the child as a user of information within the information literacy child is still incipient in the field of Information Science, considering analysis performed in the work of the National Research in Information Science - ENANCIB observed not yet developed significant reflections on the subject, demonstrating the importance of discussions on the education of children for use of information.

Keywords: Information Science – child. Information literacy children. National Meeting for Research in Information Science – ENANCIB.

1 INTRODUÇÃO

A perspectiva da Ciência da Informação sobre a interação criança-informação na contemporaneidade foi o tema central da dissertação “Comportamento e competência informacional infantil: o olhar da Ciência da Informação sobre a geração digital”. Essa interação é marcada não somente pela crescente facilidade no acesso às informações disponíveis atualmente na Internet e nas demais fontes de informação, como também pelo contexto histórico e social do significado do que é ser criança.

O ser humano, atualmente inserido no processo de globalização, em conformidade com Pinheiro & Nascimento (2001) se tornou sedento por conhecimento, uma vez que a sociedade de informação exige de todas as pessoas uma postura proativa diante do processo de geração, transferência e recepção da informação. Nesta realidade a criança, segundo Bona (2010) deixou de ser figura secundária, saindo da obscuridade para adquirir notadamente na contemporaneidade, cada vez mais visibilidade social.

Tal compreensão demonstra, em consonância com Campello (2006), que é possível e necessário familiarizar as crianças desde cedo com o aparato informacional do mundo letrado, desde que respeitando seu estágio de desenvolvimento, promovendo-se a competência informacional infantil.

Sendo assim, se por muito tempo, a criança não foi vista como usuária potencial de informação, e sim como depositária de conteúdos pré-estabelecidos pelos currículos escolares, atualmente, diante das transformações geradas pelas tecnologias da informação e comunicação na formação da sociedade da informação, as crianças também são atingidas e hoje, desde muito cedo possuem acesso aos diversos recursos informacionais.

A atual sociedade, e de forma especial o mercado de trabalho, passou a exigir que os indivíduos desenvolvam habilidades específicas para lidar com a informação, uma vez que se encontra disponível uma abundância informacional nunca vista, e por este motivo é preciso questionar se as crianças também podem ser preparadas desde a mais tenra idade para enfrentar melhor esta realidade.

Para que isto seja possível, esse usuário especial - o público infantil, precisa, inicialmente, ser conhecido. É necessário adentrar nesse universo particular, que é o período da infância, e compreender suas necessidades e potencialidades.

À Ciência da Informação, como campo que se origina de demandas sociais específicas, segundo Almeida; Bastos; Bittencourt (2007), e como área que se interessa não somente pela informação em si, mas também pelos mecanismos sociais de sua produção e uso é admissível que a criança, enquanto usuária de informação, não passe despercebida aos olhos dos

pesquisadores da área. Embasando-se nesta premissa, foi possível levantar a hipótese que norteou a pesquisa: a de que falta à Ciência da Informação brasileira analisar o comportamento informacional das crianças para poder oferecer subsídios para a promoção da competência informacional infantil.

Desta forma, foi considerado como problema da pesquisa o desconhecimento sobre a existência de publicações da Ciência da Informação brasileira, sobre o comportamento e a competência informacional infantil. E por este motivo questionou-se: a Ciência da Informação no Brasil possui subsídios para analisar e compreender o comportamento informacional da criança na sociedade contemporânea e oferecer alternativas para a promoção da competência informacional infantil?

Para responder a essa problemática, o objetivo geral da pesquisa foi compreender como a Ciência da Informação no Brasil aborda o comportamento e a competência informacional infantil.

Buscando alcançar tal objetivo, foram executados alguns objetivos específicos, dentre os quais destaca-se a realização de um levantamento de dados sobre crianças na Ciência da Informação, na perspectiva da competência informacional.

Inserida no campo de estudos da Ciência da Informação, a dissertação buscou contribuir para a área construção de um conhecimento comprometido com a reflexão de problemas sociais que fazem parte da sociedade brasileira contemporânea; nos quais a criança está ativamente inserida e por este motivo recebe em sua formação toda influência desses processos.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A viagem pelo mundo encantado da informação inicia-se pela compreensão de seu conceito, no qual observa-se certo dissenso a respeito dos termos dado, informação, conhecimento, amplamente discutidos na área de Ciência da Informação.

Desse modo, esse controverso objeto de estudo, pode ser entendido inicialmente como “um conhecimento inscrito (registrado) em forma escrita (impressa ou digital), oral ou audiovisual, em um suporte” (LE COADIC, 2004, p.4).

Ou ainda como uma abstração informal, que representa algo significativo para alguém através de um texto, imagem, som ou animação, de acordo com Setzer (1999), para o qual a informação se difere do dado por conter necessariamente uma semântica.

Cabe ressaltar que a complexidade e a “indefinição” do termo informação não impediram sua valorização na atual sociedade, pois sua aplicabilidade nas atividades

relacionadas à coleção, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação ao longo do tempo justificaram não apenas a criação de uma ciência específica, mas permitiu que a informação fosse reconhecida como um importante bem econômico, um indispensável fator de produção e a base para grandes transformações sociais, dentre as quais destaca-se o surgimento de um novo paradigma social, denominado por alguns autores, como sociedade da informação ou sociedade informacional (Castells, 2000), sociedade do conhecimento (Hargreaves, 2003; Lopes, 2006), sociedade da aprendizagem (Pozo, 2004; Gasque e Tescarolo, 2004), ou terceira onda (Toffler, 1995).

E desta forma, o paradigma social da Ciência da Informação conforme Capurro (2003) foi o norteador das ideias contidas no trabalho da pesquisa, uma vez que esse paradigma, segundo Saracevic (1999) relaciona-se aos sinais e processos cognitivos, mas também abrange o contexto da enunciação, as situações e os propósitos. E assim, a Ciência da Informação “volta-se aos problemas humanos de efetiva comunicação do conhecimento em um contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação”. (SARACEVIC, 1996, p.42).

Sob essa perspectiva, o usuário da informação possui papel fundamental na Ciência da Informação, visto que segundo Matta (2010), estudar o objeto “informação” é tão importante quanto estudar aqueles que a utilizam, e assim sendo, compreender os hábitos, os pensamentos e necessidades diante da informação, tornou-se uma linha de pesquisa da Ciência da Informação, sob dois enfoques ou paradigmas: estudos centrados no sistema e estudos centrados no usuário.

O primeiro modelo se refere às linguagens dos sistemas de informação e entendem o usuário de forma passiva que deve se adaptar ao sistema para obter o conteúdo informacional necessário. Já o segundo paradigma conforme Figueiredo (1999), preocupa-se com a individualidade dos sujeitos e, por este motivo, o foco é voltado à compreensão de como os usuários processam as informações e não apenas no desenvolvimento de sistemas.

De acordo com Choo (2003), os primeiros estudos voltados à compreensão do comportamento de usuários, denominados estudos de comunidade, remontam ao século XIX. Contudo, apareceram como método científico na metade do século XX, na Inglaterra, explica Figueiredo (1983).

Os usuários de informação, segundo Martínez-Silveira e Oddone (2007), se tornaram o foco central dos sistemas de informação desde a década de 1980 e a partir daí o estudo de usuários, que pode ser traduzido na utilização de métodos investigativos de análise das necessidades do usuário, seus comportamentos e suas expectativas passou a ser uma parte

importante do trabalho dos profissionais da informação. Nessa perspectiva, Dervin e Nilan (1986) também acreditam que o sucesso dos serviços de informação é provável de ser alcançado por meio de um ajuste que possibilite encontrar necessidades específicas dos indivíduos.

No Brasil, segundo Araújo (2010), a partir da metade da década de 1990, esses estudos de usuários passaram a ser denominados estudos de “comportamento informacional”, que podem ser definidos como

A totalidade do comportamento humano em relação às fontes e canais de informação, incluindo a busca de informação ativa e passiva, além do uso da informação. Ou seja, inclui a comunicação face a face com outras fontes e canais de informação, como também a recepção passiva de informação como, por exemplo, assistir a anúncios de televisão, sem qualquer intenção para agir na informação dada (WILSON, 2000, p. 49).

Assim sendo, após o ano 2000, numa fase mais qualitativa, a percepção sobre a natureza social da Ciência da Informação passou a motivar a realização de estudos sobre o comportamento da busca de informação com apoio de teorias da sociologia, antropologia, psicologia e educação. Desta forma, os estudos voltados ao comportamento informacional de usuários são atualmente dotados de características interdisciplinares, assim como sugere ser a própria Ciência da Informação declara Matta (2010).

Segundo Wilson (1981), é o papel social do indivíduo que diz respeito ao sistema de informação, e por isso, é importante também incluir nesses estudos os aspectos do meio ambiente sócio-cultural-físico dentro do qual o papel é desempenhado e assim mudar o foco da pesquisa: de um exame das fontes e sistemas utilizados pelo usuário, para a exploração do papel da informação na vida diária do usuário e no seu meio ambiente.

Ao se compreender então, que para uma análise efetiva dos usuários que permita visualizar melhor suas necessidades é fundamental abranger o contexto no qual ele está inserido, acredita-se que a criança também precisa ser observada enquanto usuária de informação.

Desse modo, se o “lugar social da criança” é a escola como explica DURKHEIM (2007, p. 47), a biblioteca escolar, possui uma responsabilidade especial no que diz respeito à demanda informacional do público infantil e da promoção de sua competência informacional.

Para AMATO E GARCIA (1989, p. 9) “a biblioteca escolar é o setor dentro de qualquer instituição de ensino fundamental e médio, que dedica cuidados especiais à criança e ao adolescente”. No entanto, sabe-se que para ser uma biblioteca escolar, não basta estar inserida na estrutura física da escola, mas sim, inserida no contexto dinâmico da aprendizagem. Para isso, acervo, serviços, profissionais, espaço físico e recursos tecnológicos devem atender às necessidades informacionais da comunidade educacional, não só das

crianças e adolescentes, mas também dos professores e demais envolvidos no ambiente escolar incluindo pais e comunidade local.

Diversos autores descrevem o potencial que biblioteca escolar possui para realizar grandes contribuições no processo de formação e aprendizagem, dentre os quais podemos destacar Kieser e Fachin (2000) que apresentam a Biblioteca Escolar como elemento integrador e indispensável entre o ambiente escolar e o desenvolvimento das crianças – seus usuários, principalmente no que se refere à leitura, os hábitos de ler e seus aspectos críticos com relação à sociedade na qual está inserido.

Para a Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Instituições (IFLA), é missão da biblioteca escolar proporcionar informações e ideias fundamentais capazes de tornar seus usuários bem sucedidos na sociedade atual, baseada na informação e no conhecimento (FEDERAÇÃO, 2005). A esse respeito, Kieser e Fachin (2000) acrescentam ainda que o papel da biblioteca escolar é fundamental para a formação do cidadão crítico, consciente e autônomo.

Sob essa ótica, a competência informacional pode ser considerada um instrumento fundamental para que a biblioteca escolar cumpra eficientemente o seu papel.

Na esfera social, o termo competência foi usado inicialmente para designar um fim jurídico, no sentido de julgamento, conforme esclarece Brandão (1999). Posteriormente, segundo a mesma autora, passou a descrever a capacidade de alguém a respeito de um assunto específico. Com as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, após a revolução industrial, o termo também foi assimilado pela linguagem empresarial, conforme afirmam Fleury e Fleury (2001), passando a determinar uma qualificação profissional.

A partir da mudança conceitual da sociedade, em virtude da utilização da informação como fator de produção, foi possível adaptar o termo à Ciência da informação para designar “a habilidade para lidar com a informação” (MIRANDA, 2004, p. 113), denominada competência informacional.

O termo, tradução brasileira resultado da expressão *informationliteracy* que surgiu na década de 1970 nos Estados Unidos, começou a ser utilizado no Brasil a partir do ano 2000 com algumas variações de tradução para a língua portuguesa gerando também algumas controvérsias: competência em informação, letramento informacional e alfabetização em informação explicam Vitorino e Piantola (2009).

A “Declaração de Alexandria sobre competência informacional e aprendizado ao longo da vida”, foi um importante documento elaborado no ano de 2005 em colóquio

realizado na Biblioteca de Alexandria, no qual foram ratificados os instrumentos de democratização e justiça social, inerentes à competência informacional ao concluir que

A competência informacional está no cerne do aprendizado ao longo da vida. [...] O aprendizado de toda a vida prepara os indivíduos, as comunidades e as nações a atingir suas metas e a aproveitar as oportunidades que surgem no ambiente global em evolução para um benefício compartilhado. Auxilia-os e suas instituições a enfrentar os desafios tecnológicos, econômicos e sociais, para reverter a desvantagem e incrementar o bem-estar de todos (FEDERAÇÃO, 2005).

A socialização da informação vista como uma virtude pode ser considerada um dos pontos marcantes desta declaração e esse mesmo pensamento pode ser utilizado no âmbito educacional, uma vez que as mudanças no processo de aprendizagem tem sido alterada pelas TIC, mudando a relação entre educadores e educandos, deixando de “aprendizado transmitido” para “aprendizado interativo”, explica TAPSCOTT (1999).

Esse processo interativo não é algo tão recente, pois já havia sido defendido por Vygotsky (2001), que entendia o educando como centro da aprendizagem e o professor como facilitador ou mediador. Para o autor, existem dois níveis de desenvolvimento e aprendizagem. O primeiro corresponde àquilo que cada indivíduo já conseguiu assimilar, isto é, representa as sínteses que ele realizou em sua história social. Já o segundo nível, denominado por ele como “zona de desenvolvimento proximal”, representa a aproximação de um novo nível de desenvolvimento efetivo que exige o auxílio de um agente externo que não se restringe ao professor, mas também pode ser mediado pelo bibliotecário.

É neste cenário complexo que a noção de competência informacional denominada “crítica” encontra um espaço promissor de atuação e conforme Vitorino e Piantola (2009), pode contribuir para uma educação emancipatória e libertadora. As autoras explicam ainda que existem pesquisadores que a compara às teorias educacionais de Paulo Freire (1921-1997), pelas quais se acredita que a escola absorve a ideologia socialmente dominante e treina seus estudantes por meio da ética capitalista e faz com que a educação seja vista pelos alunos na postura de consumidores e receptores passivos do conhecimento e não se tornam agentes ativos em seu papel social.

Uma das autoras que mais se destaca na perspectiva da competência informacional ligada à aprendizagem é Kuhlthau (1937). A autora, por meio de uma abordagem construtivista, desenvolveu um programa de aprendizagem apresentado na obra “*Como usar a biblioteca na escola: um programa de atividades para o ensino fundamental*”. Este programa, segundo CAMPELLO (2008, p. 8), “visa desenvolver nas crianças, de forma gradual, desde o início de sua escolarização, habilidades para localizar, selecionar e interpretar informação”.

No entanto, ainda que pareça inegável que o acesso à informação eletrônica por parte de crianças tem crescido muito, usar essas ferramentas para encontrar a informação desejada é um desafio para esse público, que possui uma imaturidade cognitiva e por isso “requer um conjunto diferenciado de estratégias de pesquisa e habilidades, mais do que quando se pesquisa nas fontes impressas e está relacionado ao tipo de informação que é desejada” (FIALHO; ANDRADE, 2007, p. 30).

Desse modo, para adaptar as crianças à Sociedade da Informação e do Conhecimento, faz-se necessário a disponibilização de recursos informacionais que as introduzam nesse mundo em constante evolução e transformação. Entende-se aqui a criança, conforme recomenda o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), como a pessoa que possui até 12 anos de idade incompletos.

A definição do ser criança ao longo da história das sociedades possui algumas variações de acordo com o pensamento de cada época. Para Àries (1988), o conceito de infância se modificou no decorrer do tempo. Atualmente, acompanhando a evolução histórica do termo, se registra que na civilização medieval a infância não foi vista como um período de incompletude, pois se acreditava que a criança podia cuidar de si mesma e frequentar o mundo adulto como igual.

Foi no final do século XVI segundo Andrade (1998), que surgiu a infantilização da criança, criada pelo interesse do Estado em educar a criança para formar uma população adulta saudável, adaptada e produtiva. Tal política despertou também o interesse dos eclesiásticos e higienistas que passaram a defender a ideia de dependência e incapacidade das crianças, gerando a demanda por um instrumento de formação, no caso, a escola.

Assim, a criança ao invés de ser educada pela família, passou a ser responsabilidade da escola que se encarregou de incorporar nos pequenos as lições moralistas instituídas para que pudessem se tornar no futuro adultos completos e conformados. Nessas circunstâncias entendeu-se que a criança não estava pronta para a vida e que era preciso submetê-la a uma formação especial, para só então deixá-la unir-se aos adultos, ainda explica Andrade(1998).

Alguns estudos na contemporaneidade, especialmente a sociologia da infância, procuram demonstrar que as crianças, apesar da pouca visibilidade participam coletivamente na sociedade são sujeitos ativos e não meramente passivos. Nessa perspectiva, há uma necessidade do estudo da infância por si própria que rompe com o que Castro (2007) chama de “adultocentrismo”, capaz de entender a criança como um ser social e histórico. A partir de tal entendimento, ressalta Andrade (1998), a criança deixará de ser vista como “um ainda

não”, ou seja, não é apenas algo que se tornará sujeito um dia (quando adulto), mas se imputará a ela direitos próprios e deixarão de ser entendidas como uma extensão dos pais.

Outros estudos procuraram conhecer o desenvolvimento intelectual dos pequenos e destaca-se nesse sentido, a Teoria Cognitiva de Jean Piaget (1994), na qual existem quatro estágios pelos quais as crianças aprendem e crescem intelectualmente: o primeiro é o sensório motor (0 a 2 anos); o segundo é o pré-operacional (2 a 7 anos); operacional-concreto é o terceiro (7 a 11 anos) e por fim, o estágio de operações formais (11 anos em diante).

Piaget (1988) ofereceu ainda grande auxílio no que se refere à importância da construção da autonomia nas crianças e nesse aspecto explica que

Pretende-se, [...] formar simultaneamente consciências livres e indivíduos respeitadores dos direitos e das liberdades de outrem? Então é evidente que nem a autoridade do professor e nem as melhores lições que ele possa dar sobre o assunto serão o bastante para determinar essas relações intensas, fundamentadas ao mesmo tempo na autonomia e na reciprocidade. Unicamente a vida social entre os próprios alunos, isto é, um autogoverno levado tão longe quanto possível e paralelo ao trabalho intelectual em comum, poderá conduzir a esse duplo desenvolvimento de personalidades donas de si mesmas e de seu respeito mútuo (PIAGET, 1988, p. 63).

Estas, entre outras contribuições de Piaget, o tornaram um dos mais importantes nomes da educação construtivista que hoje influencia diversas áreas inclusive, a própria Ciência da Informação, conforme afirmação de Borges *et al* (2004).

Na atualidade, a infância está novamente passando por mudanças como afirma Postman (1999), uma vez que no século XXI há novamente uma promoção de seu desaparecimento, pois se torna cada vez mais visível a eliminação da barreira entre a criança e o adulto gerada pelo desenvolvimento da sociedade tecnológica que favorece um acesso irrestrito da criança à informação.

Desta forma, se a ideia de infância teve seu surgimento através das transformações dos séculos XVI e XVII, quando a forma feudal deu lugar à forma capitalista, atualmente pode ter seu desaparecimento em virtude das transformações promovidas pela utilização da informação como bem de produção no contexto capitalista. Para Belentani (2009), as crianças da atualidade são informadas, consumistas, vaidosas e plugadas. E em meio a tantas transformações explica a autora, a nova questão que os pais da atualidade enfrentam não está apenas na preparação dos filhos para o trabalho que garantirá seu sustento, mas na formação desses para um mundo sem emprego, sob o império da violência e dos desvios do sistema socioeconômico.

Alguns paradoxos se ressaltam nesse contexto, pois as crianças que nasceram no mundo tecnológico chamadas por alguns autores (RANGEL,2012; TAPSCOTT, 1999) de

“geração digital” já conseguem compreender que são capazes de ocupar diferentes lugares ao mesmo tempo e assim diminuir as distâncias geográficas.

Mas a escola, num contexto geral como explica Alves (1998), ainda não conseguiu acompanhar tal evolução e mantém os atores do processo-aprendizagem presos ao relógio mecanicista, cartesiano, do início da era moderna, determinando a hora do pode e do não pode, limitando a ação no espaço físico, negando a presença das tecnologias no cotidiano escolar e na extrapolação desse espaço e desta forma entende-se que

Em relação à tecnologia digital, existe hoje uma lacuna significativa — e talvez crescente — entre o que as crianças fazem na escola e o que fazem em suas horas de lazer. Isso é o que chamo de novo divisor digital. (BUCKINGHAM, 2008, p. 9)

Segundo Castro (2007), existe outro paradoxo desta questão relacionado às inconsistências da agenda política da infância, pois se de um lado há um discurso oficial e legal afirmando serem elas o futuro da sociedade, por outro lado, existe um quadro de opressão a que é submetida grande parte da população infantil do mundo.

Para Andrade (2010), um dos traços mais marcantes da infância no que ele chama de segunda modernidade, refere-se à mudança e pluralização das identidades em virtude do processo de globalização; já que apesar das diferenças e desigualdades que marcam a infância em todo o mundo, os impactos da globalização nessa geração estão refletidos nos processos econômicos, políticos, culturais e sociais transmitindo a ideia da existência de uma só infância mundial.

Essa imaginação de infância globalizada tem sido comentada nos processos políticos, por exemplo, nos trabalhos de instâncias como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Já nos processos econômicos, observa-se a criação de um mercado global de produtos para a infância. Nos processos culturais por sua vez, ainda de acordo com Andrade (2010), destacam-se os mitos infantis criados através das séries de televisão e nos processos sociais, destacam-se a institucionalização dos cotidianos da criança e a difusão mundial da escola de massas.

A partir de tais realidades, Oliveira (2005) ressalta que as instituições responsáveis por crianças devem promover condições para que as crianças interajam com adultos e outras crianças em situações variadas para que desenvolvam significações acerca do mundo e de si mesmas e progridam nas formas mais complexas de sentir, pensar e solucionar problemas, com autonomia e cooperação.

É preciso refletir, portanto, sobre as melhores práticas de ensinar ao público infantil, formas de recuperação e utilização das informações disponíveis. Acredita-se que para isso

será preciso fundamentalmente conhecer as necessidades informacionais das crianças e a partir dessas, promover a competência informacional através de serviços, sistemas de recuperação e até mesmo, linguagens de indexação específicas para o público infantil.

Pois as crianças de hoje em dia, ou os nativos digitais – como denominadas por Prensky (2001) – nascem nesta realidade, estando mais inseridas no contexto do uso cotidiano das TIC que as gerações anteriores. O que se percebe aos poucos é que novos produtos e serviços de informação surgem ou se adaptam para atender esse público, a exemplo dos *sites* de redes sociais como o *Togetherville*¹ voltado para crianças, ou mesmo os sistemas de busca infantis, como o *KidRex*² e o *Zuggi*³.

Nesta conjuntura, acredita-se que a Ciência da Informação deve também procurar entender as necessidades informacionais desse público para assim promover subsídios para a autonomia considerada indispensável para a construção da competência informacional infantil.

3 METODOLOGIA

A Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB) é reconhecida segundo Mueller, Miranda e Suaiden (2000) como a sociedade científica de âmbito nacional mais importante nessa área, tendo promovido treze encontros nacionais, entre 1994 à 2012, denominado “Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação” (ENANCIB) que tem como finalidade a apresentação de trabalhos de pesquisa em andamento ou recentemente concluídos no campo da Ciência da Informação.

Logo, por sua notória importância, a análise deste evento favorece a obtenção de um retrato atual da área, em função disso, pode também demonstrar se a Ciência da Informação tem trabalhado a questão da criança e da competência informacional infantil.

Para responder ao problema apresentado na Pesquisa, uma das estratégias metodológicas foi realizar um levantamento dos trabalhos apresentados em todas as edições do ENANCIB. Desse modo, na análise das treze edições do evento, buscou-se verificar a existência de trabalhos relacionados à criança enquanto usuária da informação. Para isso valeu-se dos termos de busca “criança” e “infantil” no título, resumo e nas palavras-chave. E

¹A rede social ToGetherVille foi recentemente comprada pela Disney e trata-se de uma rede onde crianças menores de 13 anos podem jogar jogos online, desenhar, assistir a vídeos e comunicar-se com seus pais, estendendo-se aos familiares e amigos. Disponível em: <<http://www.togetherville.com>>

² O Kidrex é mantido pela *Google CustomSearch*TM e segundo site oficial, trata-se de um buscador seguro e divertido para crianças. Disponível em: <<http://kidrex.org>>

³ O Zuggi é o primeiro buscador brasileiro para crianças. Disponível em: <<http://www.zuggi.com.br>>

para ampliar a pesquisa e pela íntima relação com a criança, também foram levantados os trabalhos sobre a biblioteca escolar. O resultado pode ser visto nos quadros a seguir:

Quadro 01– Termo “Criança”/ENANCIB

EDIÇÃO	TÍTULO DO ARTIGO
III ENANCIB (1997)	1 – RECURSOS INFORMACIONAIS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL 2 – UTILIZAÇÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE A POPULAÇÃO INFANTOJUVENI PELOS CONSELHEIROS DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
VIII ENANCIB (2007)	1 – REDES SOCIAIS FLUXOS INFORMACIONAIS E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA
XII ENANCIB (2011)	1 – MEMÓRIA E REPARAÇÃO: OS PROCESSOS DE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA NA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

Fonte: Dados da Pesquisa (2012)

Quadro 02 – Termo “Infantil”/ENANCIB

EDIÇÃO	TÍTULO DO ARTIGO
II ENANCIB (1995)	1 – GERAÇÃO DE BASE DE DADOS EM LITERATURA INFANTOJUVENIL: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA
III ENANCIB (1997)	1 – A UTILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE A POPULAÇÃO INFANTOJUVENIL PELOS CONSELHEIROS DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE 2 – GERAÇÃO DE BASE DE DADOS EM LITERATURA INFANTOJUVENIL: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA
IV ENANCIB (2000)	1 – ENTRE O SONHO E A REALIDADE: A LEITURA COMO ATRIBUIÇÃO DE SENTIDOS NO CONTEXTO DO CÂNCER INFANTIL 2 – RESGATANDO A MEMÓRIA LITERÁRIA SUL-RIO-GRANDENSE: RECUPERAÇÃO DE TEXTOS DE LITERATURA INFANTIL E DISPONIBILIZAÇÃO DIGITAL DE INFORMAÇÕES
VIII ENANCIB (2007)	1 – LEITURA DE IMAGENS NA LITERATURA INFANTIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA ERA DA INFORMAÇÃO.
IX ENANCIB (2008)	1 – ANÁLISE DOCUMENTAL DE TEXTOS LITERÁRIOS INFANTOJUVENIS: PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS COM VISTAS À IDENTIFICAÇÃO DO TEMA
XII ENANCIB (2011)	1 – BIBLIOTECA PÚBLICA NA (RE) CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA

Fonte: Dados da Pesquisa (2012)

Quadro 03 – Termo “Biblioteca Escolar”/ENANCIB

EDIÇÃO	TÍTULO DO ARTIGO
III ENANCIB (1997)	1. SITUAÇÃO DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES DAS REDES PÚBLICAS E PRIVADA DO ENSINO DE 1º E 2º GRAUS DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA-PB.
IV ENANCIB (2000)	1. BIBLIOTECA ESCOLAR BRASILEIRA NO CONTEXTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO. 2. BIBLIOTECAS ESCOLARES NO PLANEJAMENTO DO PROCESSO EDUCATIVO EM ESCOLAS PÚBLICAS DE BRASÍLIA-DF. 3. PESQUISA ESCOLAR NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: BASES PARA UM DESEMPENHO INTERATIVO ENTRE SALA DE AULA E BIBLIOTECA ESCOLAR. 4. A BIBLIOTECA ESCOLAR ENQUANTO ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA: EXPERIÊNCIA DA BIBLIOTECA DA ESCOLA-PARQUE NA DÉCADA DE 60 EM SALVADOR-BA.
V ENANCIB (2003)	1. A FUNÇÃO EDUCATIVA DA BIBLIOTECA ESCOLAR NO BRASIL: PERSPECTIVAS PARA O SEU APERFEIÇOAMENTO. 2. ESTRUTURAÇÃO DE BIBLIOTECAS DIGITAIS PESSOAIS NO AMBIENTE ESCOLAR: M ESTUDO COM ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL.
X ENANCIB (2009)	1. MULTICULTURALISMO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: PERCEPÇÕES E AÇÕES DOS PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO EM BIBLIOTECAS ESCOLARES. 2. BIBLIOTECA ESCOLAR, LEITURA E HISTÓRIAS EM QUADRINHOS: UMA RELAÇÃO QUE SE CONSOLIDA.

XI ENANCIB (2010)	I. GESTÃO DE BIBLIOTECAS ESCOLARES COM FOCO NAS QUATRO FUNÇÕES GERENCIAIS: ESTUDO DE CASO NAS BIBLIOTECAS DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE.
XII ENANCIB (2011)	1. AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COMO FACILITADORAS DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM EM UMA BIBLIOTECA ESCOLAR.
XIII ENANCIB (2012)	1. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DINAMIZANDO A BIBLIOTECA ESCOLAR.

Fonte: Dados da Pesquisa (2012)

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Como pode ser observado, dos quatro trabalhos que apresentaram o termo criança apenas um se refere ao uso da informação por crianças, os demais se referem aos direitos da criança. Já os trabalhos que utilizaram o termo infantil, em sua maioria, se referem à literatura infantil e não ao público infantil.

A maior surpresa ficou a cargo dos trabalhos voltados para à biblioteca escolar, pois foram considerados poucos em relação à proporção do evento, tendo em vista que em 13 edições, apenas 12 trabalhos se referem à biblioteca escolar, menos de um por edição. Nas demais edições do ENANCIB, os termos pesquisados não foram encontrados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada procurou colaborar para o estímulo das discussões a respeito dos lugares sociais construídos para crianças dentro de determinados contextos sociais, apontando-se sempre para a importância de se produzir práticas sociais e informacionais emancipatórias voltadas às crianças e adolescentes; as quais podem se configurar como possíveis contribuições pontuais deste estudo para as reflexões da Ciência da Informação.

Em se tratando de competência informacional infantil, considera-se viável sua promoção, uma vez que de certa forma já tem sido feita de maneira autônoma pelas próprias crianças, cabendo aos pais, professores e bibliotecários apenas aperfeiçoar e mediar para ampliar as possibilidades e, até mesmo, para a segurança dos pequenos.

Para tanto, reafirma-se a necessidade de estudos que possibilitem o conhecimento aprofundado do mundo da criança, para adentrar em sua realidade a fim de suprir suas necessidades informacionais mais íntimas. Essas, por vezes poderão estar ligadas às questões vividas pelas crianças da sociedade contemporânea, tais como *bullying*, consumismo infantil, pedofilia, violência familiar, trabalho infantil, entre outras.

Faz-se necessário ainda a real compreensão do papel da criança na sociedade, não apenas como público estático, receptor passivo de informações, mas como usuários efetivos

de informação, comunicação e tecnologia. Tal entendimento possibilitará a descoberta de uma perspectiva ainda mais abrangente, que deixa sérias marcas na sociedade. Trata-se da desigualdade social e da exclusão digital que divide os indivíduos em competentes e incompetentes. Assim, o analfabetismo em informação pode ser considerado um dos maiores desafios dos próximos anos.

É tempo, então, de provocar reflexões no âmbito dos cursos de Biblioteconomia em todo o Brasil, para avaliar se a formação que oferecem vem despertando nos profissionais que deles são egressos, o interesse de organizar, filtrar e recuperar informações compreendendo o contexto social em que estão inseridas e o público as quais se destinam. Pois, por incrível que pareça muitos trabalhos ainda discutem a competência informacional dos próprios bibliotecários, algo que deveria ser inerente à sua formação.

Desta forma, é indispensável o conhecimento e o entendimento das especificidades de cada usuário e de forma especial, do público infantil para que os profissionais da informação tenham plenas condições de projetar estratégias significativas para o desenvolvimento de serviços informacionais de qualidade. Visualizar a criança como construtora de cultura, capaz de criar e transformar informações e vivências, não apenas no ambiente educativo promovido pela escola, mas também fora dela é algo complexo, mas desafiador.

O inexpressivo lugar da criança nos trabalhos apresentados nas treze edições do ENANCIB, faz surgir novas questões, dentre as quais se pode destacar a seguinte pergunta: se há certa negligência por parte da Ciência da Informação com o público infantil, isso não se refletiria diretamente no descaso com as bibliotecas escolares, uma vez que esta é a unidade de informação própria para este público? Talvez isso demonstre ainda a necessidade de uma ressignificação da temática da Biblioteca Escolar nos cursos de graduação em Biblioteconomia e na agenda de pesquisa dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação.

As futuras reflexões se darão, sobretudo, a partir da necessidade de tornar acessíveis às crianças todas as informações que precisam, por meio de recursos tecnológicos que as tornem mais autônomas, independentes e proativas. Qualidades essas, consideradas essenciais para a sobrevivência numa sociedade exigente e competitiva, que requer cada vez mais que seus indivíduos possuam uma formação que os capacite não somente a ler e escrever, mas também os possibilite interpretar sua realidade expressar-se adequadamente, trabalhar com conceitos abstratos, atuar em equipes de resolução de problemas, tomar decisões individuais e coletivas e, principalmente, que estejam sempre dispostos ao exercício de “aprender a aprender”.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, C. C. de; BASTOS, F. M.; BITTENCOURT, F. Uma leitura dos fundamentos histórico-sociais da Ciência da Informação. **Revista Eletrônica Informação e Cognição**, v. 6, n. 1, p. 68-89, 2007. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=8413>>. Acesso em: 10 jan. 2013.
- ALVES, L. R. G.. **Novas cartografias cognitivas: uma análise do uso das tecnologias intelectuais por crianças da rede pública em Salvador, Bahia**. 1998. 158 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador. Disponível em: <http://www.lynn.pro.br/admin/files/lyn_artigo/1d82927c43.pdf>. Acesso em: 25ago. 2012.
- AMATO, M.; GARCIA, N. A. R. A biblioteca na escola. In: NERY, A. *et al.* **Biblioteca Escolar: estrutura e funcionamento**. São Paulo: Loyola, 1989. p. 9-23.
- ANDRADE, A. N. de. A criança na sociedade contemporânea: do ‘ainda não’ ao cidadão em exercício. **Psicologia: reflexão e crítica**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, Porto Alegre, 1998. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79721998000100010>>. Acesso em: 10 dez. 2011.
- ANDRADE, L. B. P. de. **Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em: <ftp://ldc.feis.unesp.br/mat/04_livros_digitais/educacao/EDUCACAO_INFANTIL.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2011.
- ARAÚJO, C. A. A.. Estudos de usuários conforme o paradigma social da ciência da informação: desafios teóricos e práticos de pesquisa. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 15, n. 2, p. 23 - 39, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/.../6995>>. Acesso em: 13 jul. 2012.
- ÀRIES, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
- BELENTANI, S. B. A infância nos albosres da modernidade. In.: CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL, 9., 2009, São Paulo. **Anais ...** São Paulo: ABRAPÉE, 2009. Disponível em: <http://www.abrapee.psc.br/documentos/cd_ix_conpe/IXCONPE.../36.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2012.
- BONA, V. **Tecnologia e infância: ser criança na contemporaneidade**. 2010, 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática e Tecnológica). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010. Disponível em: <http://www.gente.eti.br/edumatec/attachments/008_Viviane%20de%20Bona.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2011.
- BORGES, M. E. N. *et al.* A ciência da informação discutida à luz das teorias cognitivas: estudos atuais e perspectivas para a área. **Cadernos BAD**, n. 2, 2004, p. 80-91. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/10319/1/Borges%20OutrosBAD204.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2012.

BRANDÃO, H. P. **Gestão baseada nas competências**: um estudo sobre competências profissionais na indústria bancária. 1999. 158 f. Dissertação (Mestrado em Administração). – Universidade de Brasília, FACE, Brasília, 1999.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. São Paulo: Cortez, 1990.

BUCKINGHAM, D. Aprendizagem e cultura digital. **Pátio Revista Pedagógica**. Porto Alegre, v. 11, n. 44, p. 8-11, nov. 2007/jan. 2008. Disponível em: <http://www.revistapatio.com.br/numeros_antteriores_conteudo.aspx?id=596>. Acesso em: 10 abr. 2012.

CAMPELLO, B. A competência informacional na educação para o século XXI. In: _____ **A biblioteca escolar**: temas para uma prática pedagógica. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 7-12.

_____. A escolarização da competência informacional. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**: Nova Série, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 63-77, dez. 2006. Disponível em: <<http://www.febab.org.br/rbbd/index.php/rbbd/article/view/18/6>>. Acesso em: 25 out. 2011.

CAPURRO, R. Epistemologia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...Belo Horizonte**, UFMG, 2003. Disponível em: <http://www.capurro.de/enancib_p.htm>. Acesso em: 08 de jul. 2012.

CASTELLS, M. **A era da informação**: economia, sociedade e cultura. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTRO, M. G. B. Noção de criança e infância: diálogos, reflexões, interlocuções. In.: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 16, 2007, Campinas. **Anais ...** Campinas: ALB, 2007. Disponível em: <<http://www.alb.com.br/anais16/sem13pdf>>. Acesso em: 08 out. 2011.

CHOO, C. W. **A organização do conhecimento**. São Paulo: SENAC, 2003.

DERVIN, B.; NILAN, M. Information needs and uses. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 21, p. 3-33. 1986.

DURKHEIM, E. **Educação e sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2007.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS E INSTITUIÇÕES - IFLA. **Diretrizes da IFLA/UNESCO para a biblioteca escolar**. São Paulo: UNESCO, 2005. Disponível em: <http://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/school-library-guidelines/school-library-guidelines-pt_br.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2012.

FIALHO, J. F.; ANDRADE, M. E. A. Comportamento informacional de crianças e adolescentes: uma revisão da literatura estrangeira. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 36, n. 1, p. 20-34, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v36n1/a02v36n1.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2011.

FIGUEIREDO, N. M. Aspectos especiais de estudos de usuários. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 12, n. 2, p. 43-57, jul./dez. 1983. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/viewFile/1496/1114>>. Acesso em: 11 jul. 2012.

_____. **Paradigmas modernos da Ciência da Informação**. São Paulo: Polis; APB, 1999.

FLEURY, A.; FLEURY, M.T.L. **Estratégias empresariais e formação de competências: um quebra-cabeça caleidoscópico da indústria brasileira**. São Paulo: Atlas, 2001.

GASQUE, K. C. G. D.; TESCAROLO, R. Sociedade da aprendizagem: informação, reflexão e ética. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 3, p. 35-40, set./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n3/a05v33n3.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2011.

HARGREAVES, A. **O ensino na sociedade do conhecimento: a educação na era da insegurança**. Porto: Porto Editora, 2003.

KIESER, H.; FACHIN, G. R. B. Biblioteca Escolar: espaço de interação entre bibliotecário-professor-aluno-informação: um relato. In: PROCEEDINGS XIX CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 1., 2000, **Anais...** Rio Grande do Sul: Centro de eventos da PUCRS, 2000. Disponível em: <http://www.geocities.ws/biblioestudantes/texto_28.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2012.

LE COADIC, Y. F. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LOPES, B. A. V. Conhecimento como fator de produção. **Inf. & Soc.: Est.**, João pessoa, v. 16, n. 1, p. 139-145, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/download/449/1501>>. Acesso em: 15 out. 2011.

MARTÍNEZ-SILVEIRA, M.; ODDONE, N. Necessidades e comportamento informacional: conceituação e modelos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 36, n. 1, p. 118-127, maio/ago. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v36n2/12.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2011.

MATTA, R. O. B. Modelo de comportamento informacional de usuários: uma abordagem teórica. In: VALENTIM, Marta (Org.). **Gestão, mediação e uso da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 127-142. Disponível em: <<http://bibliotextos.files.wordpress.com/2012/03/geste3a3o-mediacao3a7c3a3o-e-usos-da-informacao3a7c3a3o.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2012.

MIRANDA, S. V. Identificando competências informacionais. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 33, n. 2, p. 112-122, mai./ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n2/a12v33n2.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2011.

MUELLER, S. P. M.; MIRANDA, A.; SUAIDEN, E. J. A pesquisa em Ciência da Informação no Brasil - Análise dos trabalhos apresentados no IV Enancib, Brasília, 2000. **R. Bibliotecon. Brasília**, v. 23/24, n. 3, p. 293-308, especial 1999/2000. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000010397&dd1=2adfc>>. Acesso em: 20 de abr. 2012.

OLIVEIRA, Z. M. **Ramos de. Educação infantil: fundamentos e métodos.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PIAGET, J. **O juízo moral na criança.** São Paulo: Summus, 1994.

_____. **Para onde vai a educação?** Rio de Janeiro: J. Olympio, 1988.

PINHEIRO, E. G; NASCIMENTO, R. N. A. Informação: a força que antecipa o futuro. **Informação & Sociedade: estudos**, v. 11, n. 2, 2001. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/299/222>>. Acesso em: 10 nov. 2011.

POSTMAN, N. **O Desaparecimento da Infância.** Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

POZO, J. **Aquisição de conhecimento: quando a carne se faz verbo.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

PRENSKY, M. **Digital natives, digital immigrants.** MCB University Press, 2001. Disponível em: <<http://www.marcprensky.com/writing/Prensky%20%20Digital%20Natives,%20Digital%20Immigrants%20-%20Part1.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2012.

RANGEL, R. **O cérebro da geração digital.** Disponível em: <<http://scorujo.blogspot.com.br/2012/01/o-cerebro-da-geracao-digital.html>>. Acesso em: 20 mai. 2012.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235/22>>. Acesso em: 15 mai. 2012.

_____. Information Science. JASIS; **Journal of The American Society for Information Science**, New York, v. 50, n. 12, p. 1051-1063, 1999. Disponível em: <<http://comminfo.rutgers.edu/~tefko/JASIS1999.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2012.

SETZER, V. Dado, informação, conhecimento e competência. **DatagramaZeroRevista de Ciência da Informação**, n. zero, dez. 1999. p. 1-12. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/dez99/Art_01.htm>. Acesso em: 30 jul. 2012.

TAPSCOTT, D. **Geração digital: a crescente e irreversível ascensão da geração net.** São Paulo: Makron, 1999.

TOFFLER, A. **A terceira onda.** São Paulo: Record, 1995.

VYGOTSKY, L. **A construção do pensamento e da linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VITORINO, E. V.; PIANTOLA, D. Competência informacional, bases históricas e conceituais: construindo significados. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 38, n. 3, p. 130-141, set./dez., 2009. Disponível em:

<<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1745/1343>>. Acesso em: 11 out. 2011

WILSON, T. D. Human information behaviour. **Informing Science**, v. 3, n. 2, p. 49-56, 2000. Disponível em:

<<http://ptarpp2.uitm.edu.my/ptarpprack/silibus/is772/HumanInfoBehavior.pdf>>. Acesso em: 15 de set. 2012.

_____. On user studies and Information needs. **Journal of Documentation**, v. 37, n. 1, p. 3-15, mar. 1981. Disponível em:

<<http://informationr.net/tdw/publ/papers/1981infoneeds.html>>. Acesso em: 05 mar. 2012.